

## **ATA DA 310ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP REALIZADA NOS DIAS 16 E 17 DE MAIO DE 2005**

Aos dezesseis e dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram para sua sessão ordinária, realizada em Brasília/DF. Estiveram presentes o Presidente do CNPCP, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Cassio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Laertes de Macedo Torrens, Mario Julio Pereira da Silva, Maurício Kuehne, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva, Rogério Etzel e Vetuval Martins Vasconcelos. O Presidente declarou aberta a sessão e agradeceu a presença do Dr. Jorge Neves, Secretário-Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco; da Dra. Márcia de Alencar, Assessora do Secretário-Executivo de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco; da Sra. Bianca Maria Guedes Frei, da Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ; da Sra. Ana Carla Couto de M. Castro, da Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ; da Dra. Ivete Lung Viégas, Secretária de Assuntos Legislativos/MJ; da Dra. Cristhiane Fernandes, do Ministério da Saúde; do Sr. Carlos Adriano Miranda Bandeira, candidato classificado no IX Concurso Nacional de Monografias do CNPCP; da Sra. Irani dos Santos M. Bandeira, mãe do candidato; do Dr. Emanuel Vasconcelos, Presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciária do Estado do Pará; do Dr. Izaias Batista de Araújo, Consultor Jurídico do Banco do Brasil e da Sra. Michele Cia, candidata classificada no IX Concurso Nacional de Monografias do CNPCP. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira abriu os trabalhos, cumprimentou a todos e submeteu à apreciação dos presentes a ata da 309ª Reunião Ordinária do CNPCP, que foi aprovada com as alterações propostas pelos Conselheiros César Oliveira de Barros Leal e Ricardo de Oliveira Silva. Passando à fase das **comunicações**, a Dra. Eleonora de Souza Luna fez chegar às mãos do Presidente do Conselho uma cópia do livro “Problemática da Pena”, de autoria do docente e catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito do Recife UFPE, Prof. Ruy da Costa Antunes, bem como o seu currículo. Comentou que ao realizar a visita de inspeção em Goiânia/GO, juntamente com o Conselheiro Rogério Etzel, uma presidiária lhe entregou uma carta, na qual solicitava graça ou indulto ao Presidente do CNPCP. Disse que, após a leitura do Relatório Final da Visita de Inspeção no Presídio Aníbal Bruno, gostaria de fazer algumas considerações quanto ao crime organizado no Estado de Pernambuco. Relatou que no dia da reunião deste Conselho, realizada em Pernambuco, um Promotor sofreu um atentado a tiros e perdeu a visão e esse atentado continua com autoria desconhecida e que, na terça-feira passada, assassinaram um Promotor que investigava o crime organizado, o tráfico de entorpecentes e o roubo de cargas com possível envolvimento de autoridades locais, sentindo-se o Ministério Público do Estado de Pernambuco

sozinho nesta luta. Com a palavra, o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal entregou a todos os Conselheiros o último exemplar (número 5) da Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, reiterando agradecimentos ao Conselho que se associou no pleito formulado junto ao Banco do Nordeste para continuar publicando a revista. Comunicou que são bem-vindas as contribuições de artigos para o número 6. Disse que esteve, no período de 18 a 25 de abril, em Bangkok/Tailândia, participando do XI Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Delito e Justiça Penal, sendo a segunda vez que toma parte dessas reuniões. Dito Congresso reuniu cerca de três mil pessoas, entre elas, representantes de diversos países que compõem a Comunidade das Nações Unidas, membros de delegações oficiais, membros de organizações governamentais e não-governamentais, acadêmicos e observadores. Acrescentou que o Congresso contou com um aparato de segurança surpreendente. Informou também que brevemente, entregará o relatório desse Congresso. Disse, ainda, que teve a oportunidade de visitar quatro estabelecimentos penais. Esteve em uma prisão feminina superlotada, no qual 83% das internas ali estavam por tráfico de drogas. Visitou, igualmente, uma instituição médica que atende a doentes de toda ordem, inclusive AIDS em estado terminal; uma prisão masculina e o museu correcional. Propôs-se a apresentar, na próxima reunião do Conselho, as prisões da Tailândia com slides. Comunicou que, no dia seguinte, viajará ao México, onde proferirá palestra sob o título “Alcances e Perspectivas do Controle Social e da Prevenção como Instrumentos Ideológicos de Política Criminal”, abrindo o Congresso Internacional de Política Criminal e Prevenção do Delito, na cidade de Guanajuato. O Presidente cumprimentou o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal em nome do CNPCP, comentando que foi convidado a participar desse Congresso pela Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, a qual envidou todos os esforços para que a União pagasse diárias e passagens para um representante do Conselho; no entanto, seus esforços foram em vão e o Conselheiro César Oliveira de Barros Leal foi, às suas expensas, representando o Colegiado. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis, após cumprimentar o Dr. Jorge Neves e a Dra. Márcia Alencar, ambos da Secretária de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, comunicou que, finalmente, o Conselho da Comunidade será instalado na cidade de São Paulo. O Juiz Corregedor Miguel Marques Silva baixou portaria criando-a e a solenidade de instalação será no dia 19 de maio no Fórum Criminal. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que, infelizmente, não poderá comparecer, pois participará, nessa data, do Simpósio “Direito Penal e Processo Penal na Democracia”, em Belo Horizonte/MG, no qual proferirá palestra sobre a avaliação do Regime Disciplinar Diferenciado. Solicitou que o Conselheiro Carlos Weis o represente. O Conselheiro Carlos Weis comunicou que, no período de 22 a 24 de junho, ainda em local indefinido, na cidade de São Paulo, haverá um seminário a respeito da adoção do Protocolo Facultativo da Convenção contra a Tortura, em discussão no Congresso Nacional. Disse que foi convidado a participar, em caráter pessoal, mas ficou de trazer mais informações, na próxima reunião, caso o Conselho deseje participar. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de

Oliveira saudou a presença do Dr. Jorge Neves e da Dra. Márcia de Alencar. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva, após cumprimentar a todos, comunicou que esteve, na semana passada, em Brasília/DF, na condição de Presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica, a convite do Senador Romeu Tuma, a fim de conversar a respeito do projeto da nova lei antidroga. Durante a conversa, mencionou ser membro do CNPCP e lhe foi apresentado o projeto com as sugestões dos Conselheiros Eleonora de Souza Luna, Maurício Kuehne, Rogério Etzel e Carlos Martins Antico. Informou, ainda, que o Projeto saído da Câmara dos Deputados tem algumas posições mais liberais, porém o projeto originário do Senado Federal é aquele sobre o qual o Conselho se pronunciou. Por fim, disse que ficou muito satisfeito em ver que as manifestações do Conselho foram anotadas e examinadas. O Senador Romeu Tuma se referiu expressamente à sugestão do Conselheiro Carlos Martins Antico que demonstrou receio de uma liberalização muito grande, que foi o que aconteceu na Câmara dos Deputados. Registrou que não foi a primeira vez que vem ao Conselho fora da data das reuniões, utilizando suas dependências, tendo recebido apoio irrestrito dos funcionários do CNPCP. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira comunicou a publicação da segunda edição do livro, de sua autoria e do Conselheiro Maurício Kuehne, sobre o Indulto Natalino, o qual traz o Decreto de 2004, fazendo ver que, na próxima reunião, entregará exemplares a todos os Conselheiros. O prefácio deste livro, acrescentou, é do Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne informou que esteve em Maringá/PR, atendendo à designação do Presidente do CNPCP para checar denúncias formuladas pela seccional da OAB/Maringá/PR. No Estado do Paraná, após a visita do Ministro Nilmário Miranda à cadeia pública de Paranaguá, ficou chocado com a situação. Propôs que os Conselheiros responsáveis pela visita de inspeção no Estado do Paraná visitem essa cadeia. Por fim, solicitou que o Conselho atente para as cadeias públicas do Paraná, pois as condições ali são insuportáveis. O Presidente indagou do Conselheiro Maurício Kuehne se, no relatório que será apresentado na próxima reunião, existem medidas concretas que o Conselho possa adotar. Falou da situação das cadeias públicas do Estado de São Paulo, com um número de trinta mil presos, e que todo Governo promete seu esvaziamento. Disse que se deve fazer algo junto à Magistratura, que em São Paulo é refratária às penas alternativas. Acrescentou que o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva tentou trabalhar com alguns membros da Magistratura e do Ministério Público de São Paulo a questão da justiça terapêutica e encontrou dificuldades. Disse que os relatórios das visitas de inspeções devem propor mudanças nessa situação. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos agregou que também recebeu denúncias, informando sobre a ação pública com pedido de liminar de interdição da cadeia pública de Itaguara/GO. Foi buscar informações junto ao respectivo magistrado, sendo-lhe dito que nada se alterou desde o ano passado. Informou, ainda, que os Conselheiros Rogério Etzel e Eleonora de Souza Luna estiveram em Goiânia/GO, fazendo visita de inspeção no presídio da capital, onde constataram que a situação é bem melhor do que a do

interior do Estado. O problema, além do que já foi mencionado, refere-se à postura do magistrado e da demagogia do governo do Estado que vem publicando anúncios nos jornais, fazendo campanhas políticas, falando das reformas nas cadeias e dos investimentos no sistema prisional. No entanto, não estão cumprindo com o prometido, e mesmo assim continuam a receber recursos do DEPEN/MJ. Sugeriu um trabalho mais próximo ao DEPEN/MJ e que os recursos não sejam repassados aos estados que apresentarem problemas. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que se deve solicitar ao Diretor do DEPEN/MJ o relatório dos recursos do FUNPEN. Foi esclarecido, pelo Conselheiro Maurício Kuehne, que o relatório do FUNPEN/DEPEN já foi entregue em reunião do Conselho. O Presidente sugeriu que fosse feito um documento ao Diretor do DEPEN/MJ, solicitando informações sobre a real situação do envio de verbas, da utilização e da prestação de contas dos convênios destinados aos estados de Goiás, Paraná e Pernambuco. O Conselheiro Maurício Kuehne ressaltou a importância desse documento, através do qual o Diretor do DEPEN/MJ prestará esclarecimentos referentes à matéria em discussão. Relatou a existência de uma unidade prisional de regime semi-aberto, localizada no Paraná, construída com verbas exclusivamente do FUNPEN, desde 1997, a qual se encontra em total e completo abandono. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia disse que, como crítico dos relatórios das visitas de inspeção, sugeriu novamente que as mesmas fossem realizadas com a participação de representantes do DEPEN/MJ para que se possa dar mais efetividade às visitas. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos sugeriu que se encaminhe ofício aos interessados, informando sobre as providências pertinentes ao CNPCP. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis parabenizou o sistema penitenciário do Estado de São Paulo, pois a lei orgânica que cria a defensoria pública está nas mãos do Governador de São Paulo para análise e posterior encaminhamento à Câmara Legislativa. Quanto à observação do Presidente sobre os magistrados, disse que em São Paulo existem muitas pessoas presas por questões que deveriam ser analisadas mais detidamente. Sugeriu uma reunião com magistrados e o Presidente do Tribunal. O Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira concordou e complementou que deveria existir a cumplicidade da imprensa, pois é fundamental que esta deixe de ser porta-voz da repressão como foi até agora e passe a ser a fotógrafa da realidade. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva comunicou que faz parte da comissão que está organizando o VII Encontro Nacional de Execução Penal e o VIII Encontro Estadual de Magistrados de Execução Penal que acontecerá nos dias 10, 11 e 12 de agosto, em Porto Alegre/RS, no Hotel Embaixador. E, conforme solicitação do Presidente do CNPCP, foi agendada, também, no dia 11 de agosto, na PUC/RS, mais uma etapa do Circuito Universitário. E que, após prévia consulta com o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, foi agendada uma exposição do tema “As patologias mentais dos recolhidos nos estabelecimentos penais” pelo Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Osmar Gasparini Terra, na reunião do Conselho. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira propôs que a reunião do Conselho se realize no dia 11 de agosto, em Porto Alegre/RS com

a abertura do Congresso no dia 10/08 à noite e o Circuito Universitário no dia 11/08, também à noite. Com a palavra, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos comunicou que, em Goiânia/GO, foi lançado, recentemente, um movimento nacional contra a impunidade, capitaneado pelo Promotor de Justiça Dr. Fernando Blats, e tudo indica que esse movimento está preenchendo o espaço deixado pelo Senador Demóstenes Torres. Falou que a proposta é aumentar o número de parlamentares da linha dura no Congresso. Disse que eles usaram fartamente na mídia documentos de instituições diversas no Brasil, dentre eles o catecismo oficial da Igreja Católica, documento elaborado em Roma. E que, no quinto mandamento (não matarás) houve um pequeno deslize da Igreja Católica que, na época, apoiava a pena de morte. Disse que, em conversa com o Arcebispo de Goiânia/GO, esse lhe falou que o próprio João Paulo II tinha intenção de retirar esse documento. Sugeriu que fossem convidadas entidades como a CNBB, a OAB, e organismo de Direitos Humanos para participarem da reunião do Conselho e fosse formulada uma carta, combatendo esse tipo de movimento. Aprovada, à unanimidade. Passando à fase das proposições, com a palavra a Conselheira Ana Sofia Schmidt de Oliveira, falou de alteração na Secretária de Assuntos Legislativos, pois o Conselho não vem recebendo projetos de lei. Sugeriu que se convide a Secretária de Assuntos Legislativos para esclarecer o que está acontecendo. Com a palavra, o Conselheiro Carlos Weis sugeriu que o Presidente procure informações no Gabinete do Ministro da Justiça, para saber se houve mudanças nas diretrizes que orientam o papel que o Conselho desempenha na produção de pareceres em projetos de lei. Na oportunidade, elogiou o trabalho da Secretaria do CNPCP que vem enviando os boletins informativos, através dos quais percebeu que muitos processos não estão passando pelo Conselho. O Presidente solicitou que a Secretária do Conselho agende uma hora com a Dra. Ivete Lund Viégas, Secretária de Assuntos Legislativos/MJ. Com a palavra, o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que esteve em Brasília/DF para acompanhar o andamento da nova lei antidroga e que muitos se demonstraram surpresos ao saber que o Conselho se reúne nas segundas e terças-feiras, já que os trabalhos no Congresso Nacional acontecem de terça a quinta-feira, sugerindo que o Conselho reflita sobre a questão, pois tem um papel de articulação política e seria necessária essa mudança. Passando à apresentação do relatório de visita de inspeção do Presídio Aníbal Bruno, a Conselheira Eleonora de Souza Luna relatou várias irregularidades no Estado de Pernambuco, a participação de policiais e autoridades no crime organizado e os atentados a promotores. Solicitou que o Conselho envie documento ao Governador do Estado para que tome providências relativas ao assassinato do promotor de justiça e que envide esforços para elucidar o caso, pois o representante do parquet estava no exercício de sua função. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sugeriu que, também, fosse remetido ao Procurador-Geral de Justiça ofício manifestando solidariedade ao Ministério Público pelo ocorrido. Aprovada as proposições. Com a palavra, o Dr. Jorge Neves, Secretário-Executivo de Justiça e dos Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, disse que veio a convite para ouvir o Relatório da Visita de Inspeção

do Presídio Aníbal Bruno, embora, como já foi dito pela Conselheira Eleonora de Souza Luna, o sistema penitenciário esteja sob os cuidados da Secretaria de Defesa Social. Ocorre que o trabalho da defensoria é subordinado à Secretária de Justiça e Direitos Humanos. Com a palavra, o Conselheiro Maurício Kuehne passou a expor o relatório da inspeção realizada em Recife/PE, no Presídio Aníbal Bruno, nos dias 12 e 13 de abril, devido a inúmeras denúncias formuladas, cujas cópias foram remetidas pelo DEPEN/MJ. Disse que, juntamente com o Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia, constatou que todas as medidas foram determinadas pelas autoridades do Estado, visando à apuração dos fatos relatados. Consignou que o sistema prisional de Pernambuco não difere dos demais que integram a realidade brasileira. O Estado, com mais de 15.000 presos (mais de 60% provisórios), conta com deficiências em todas as áreas, precipuamente no âmbito das atividades desempenhadas pelos técnicos, em número insuficiente para o atendimento de todas as unidades. No que concerne aos agentes penitenciários e outros funcionários, a carência também é verificada. Aludiu ser lamentável que o Governo Federal coopere para o quadro que se descortina em todo o Brasil, devido aos cortes orçamentários. Trouxe notícia, informando que os recursos do FUNPEN para o corrente exercício, da ordem de 272 milhões, foram reduzidos para 140 milhões, verba insuficiente para atender, se fosse o caso, às necessidades do Estado inspecionado. Disse, ainda, que o Estado de Pernambuco vem sendo bem aquinhado na distribuição de verbas desde a existência do FUNPEN, já tendo concluído 27 projetos orçados em R\$ 23.893.672,48 e existem outros 55 projetos que somam R\$ 35.859.453,17. Quanto à unidade prisional referida, informou que é dirigida pelo Major Evandro Carvalho Moura e Silva e exhibe os problemas que afligem o sistema penitenciário como um todo. Enfatizou que o Estado de Pernambuco pode dar uma atenção mais acentuada à questão e que o Presídio não conta com número adequado de funcionários a possibilitar atendimento mínimo, principalmente no que concerne à segurança, à assistência jurídica e à saúde dos internos. O Presídio, com capacidade para 1500 presos, tem uma população prisional de quase 4000, e cerca de 400 presos desempenham alguma atividade laborativa. Informou, também, que ao ensejo da visita, o Cel. Rivo Ribeiro Silva, Superintendente de Ressocialização e Atividades Prisionais, acompanhou os Conselheiros por todo o presídio, e, juntamente com o Diretor, prestou as informações que eram solicitadas. Percorreram-se atentamente vários blocos, oficinas de trabalho, lazer etc. tudo de forma transparente, sem ocultação de qualquer local ou item. Também o setor específico de Segurança da Unidade (módulo disciplinar) foi vistoriado. Ao final da tarde do primeiro dia de inspeção, informou que estiveram reunidos com autoridades ligadas à questão carcerária, estando presente o Cel. Josberto Rocha Sobrinho, Secretário-Executivo de Ressocialização, o qual, a exemplo do que já vinha ocorrendo, foi prestativo quanto a informações complementares, reunindo toda sua equipe de auxiliares diretos. Enfatizou que o universo dos presos ali recolhidos (3908) na data referida, em um presídio com capacidade de 1448 presos (o que não se recomenda) bem demonstra os problemas operacionais, dificultando, quase inviabilizando, a própria

Administração, no que diz respeito ao exercício de uma vigilância efetiva, a fim de evitar-se as disputas internas de poder, tráfico de drogas, ingresso de bebidas e outras mazelas existentes. Verdadeiro comércio existe, desempenhado através de 76 (setenta e seis) pontos de venda de mercadorias diversas (cigarros, refrigerantes, comestíveis, alimentação, aluguel de televisão, etc.), cumprindo salientar que os presos pagam taxas à Administração para o usufruto dos locais destinados ao comércio. Tal fato, embora ocorra há vários anos no Estado, conforme informações recebidas, oportuniza problemas diversos tais como o ingresso de mercadorias proibidas (bebidas, drogas etc.). É prática usual, ostentando muitos deles a condição de concessionários, com direito, inclusive à remição da pena. A cobrança de taxas foi objeto de recente fiscalização por parte do Tribunal de Contas e não é ignorada por nenhum segmento, sendo divulgados os valores cobrados, cuja receita é destinada à Administração para as necessidades urgentes. Tal prática, a seu sentir, é ilegal. Registrou, também, a figura do chaveiro, melhor dizendo, do preso que é responsável por determinada galeria ou ala da unidade, determinando o recolhimento e a saída de seus *colegas de infortúnio*. Estes existem em número de 32, e informes recebidos de alguns presos dão ensejo à afirmação de que determinadas “celas” são objeto de comércio, prática, assim, totalmente inadequada. Para o número de presos no local, a proporção existente em relação àqueles que desempenham atividades laborais e educacionais é ínfima, fator esse preocupante. Quanto ao aspecto geral da construção, nenhuma nota digna de registro, na medida em que a Direção está atenta aos problemas que possam surgir. Informou, ainda, que estiveram visitando outras unidades, conforme dados expostos no relatório, sendo constatado, também, a grande deficiência de pessoal, daí porque conclui no sentido de que sejam alertadas as autoridades do Estado no sentido de sanar tais deficiências, sob pena de graves e imprevisíveis conseqüências. Debatido o relatório, foi aprovado com sugestão de remessa às autoridades incumbidas da Execução Penal no Estado em questão. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira parabenizou o relatório apresentado e o trabalho dos Conselheiros. O Conselheiro Carlos Lélcio Lauria Ferreira sugeriu que se cumpra a lei e que o Conselho solicite o afastamento da direção do Presídio Aníbal Bruno. O Conselheiro Carlos Weis sugeriu que se encaminhe cópia do relatório ao Juiz Corregedor e que o Juiz instaure procedimentos cabíveis para apurar responsabilidades da direção do presídio e das demais autoridades locais envolvidas no sistema penitenciário. Após várias manifestações com relação às irregularidades apresentadas, como a tortura no estabelecimento penal, os chaveiros e os concessionários, a constatação de balanças dentro do presídio, a lista dos nomes do presos que a Direção não tinha no dia, a questão dos agentes penitenciários, dentre outros assuntos, foi aprovado o encaminhamento do relatório às seguintes autoridades: Governador do Estado de Pernambuco, Ministro da Justiça, Diretor do DEPEN/MJ, Defensoria Pública do Estado, Presidente do Tribunal da Justiça do Estado, Ministério Público, Secretário de Estado de Direitos Humanos e Secretário de Estado de Defesa Social do Estado de Pernambuco. Na parte da tarde, o Presidente saudou o Dr. Pedro Montenegro, representando o

Secretário Nacional de Direitos Humanos, Ministro Nilmário Miranda. Com a palavra, o Dr. Pedro Montenegro saudou a todos e falou que parte da exposição seria prejudicada pela ausência do Ministro Nilmário Miranda e, também, do Dr. Perli Cipriano, Subsecretário de Direitos Humanos, que não se encontra em Brasília/DF. Por fim, lamentou não poder apresentar a temática e solicitou o adiamento da exposição, propondo conseguir uma reunião com o Subsecretário para explanar sobre o assunto no Conselho. O Presidente acatou a sugestão e lhe agradeceu a presença. Dando continuidade à pauta da reunião, passou-se a apreciação preliminar das alterações da Resolução nº 16/94, a cargo dos Conselheiros César Oliveira de Barros Leal e Maurício Kuehne. O Conselheiro Maurício Kuehne apresentou a segunda versão de um trabalho que está sendo realizado por uma equipe de engenheiros designados pelo Diretor do DEPEN/MJ a fim de que se possam fazer as retificações da Resolução que trata das construções de presídios. Esse trabalho, solicitado pela presidência do Conselho, chegou na quinta-feira passada e que, basicamente, o estudo está dando indicativo de que os locais para os presos e a segurança tenham uma metragem condizente com a realidade atual. O Conselheiro César Oliveira de Barros Leal e Dr. Clayton Alfredo Nunes se reuniram com ele para esclarecimento desse estudo. O Dr. Clayton Alfredo Nunes ficou de repassar a terceira versão e que, após apreciação, apresentará ao Conselho. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse, em seguida, que se deve reeditar as Regras Mínimas do Tratamento do Preso no Brasil. Dando continuidade à reunião, o Presidente comunicou ao Conselho que as pautas de diversas reuniões tem assuntos diversos que são oriundos de sugestões de alguns Conselheiros, os quais não fazem parte da pauta regular. O primeiro assunto trata do monitoramento eletrônico em que foi sugerido convidar o Deputado Federal Marcus Vicente; o Conselheiro Carlos Weis esclareceu que o Deputado não poderia comparecer em razão de compromissos no Estado. Informou, ainda, que esse assunto já foi relatado no Conselho. Após várias manifestações, o Presidente solicitou que a Secretaria do CNPCP faça o levantamento do andamento desse processo. O Presidente falou sobre o processo que trata do voto do preso. O Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos disse que já havia relatado esse processo e que do mesmo foi pedido vista e até o momento não foi apresentado novo parecer. O Presidente solicitou que fosse encaminhado ao Conselheiro relator. Dando seqüência à reunião, o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos disse que faz parte da Comissão que cria o Conselho da Comunidade, representando o CNPCP, e que foi discutida na comissão a natureza jurídica do Conselho da Comunidade. No Rio Grande do Sul e Paraná, os Conselhos foram criados como pessoas de direito privado e que entende que o Conselho da Comunidade deva ser órgão público personalizado ou despersonalizado, mas acha incabível a pessoa jurídica de direito privado, mesmo sendo sem fim lucrativos. E vendo que será voto vencido na Comissão trouxe o assunto para debate no Conselho. Após várias manifestações e sugestões, o Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira sugeriu que o Conselheiro Vetuval Martins Vasconcelos tente abstrair as sugestões apresentadas e as leve à Comissão da Criação do Conselho da



Comunidade. Dando continuidade à pauta da reunião, foi solicitado que se discuta o contingenciamento dos recursos do FUNPEN. O Presidente informou que realmente todos os recursos do FUNPEN estão contingenciados e que seria interessante saber qual é o real valor contingenciado do Fundo Penitenciário Nacional. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva disse que a fonte dos recursos do FUNPEN é basicamente das condenações criminais e mais uma parcela dos prêmios da loteria esportiva. Disse que esses recursos são muitos elevados e que dariam para fazer frente ao plano anual de construção de presídios. Sugeriu que o Conselho se manifeste com relação a essa situação, pois lhe cumpre tomar uma posição clara sobre essa situação e que fosse até o Ministro da Justiça para apoiá-lo no sentido de liberar esse recurso. Após várias manifestações, foi aprovado que o Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva deveria solicitar ao DEPEN/MJ o valor exato dos recursos contingenciados e depois elaborar documento ao Ministro da Justiça. Continuando a reunião, o Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos disse que, no próximo encontro, apresentará trabalho sobre o Regime Disciplinar Diferenciado e Especial. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que também foi sugerido que conste na pauta a contradição que existe na previsão da lei com relação às celas individuais e o CNPCP que aprova a construção de celas coletivas, proposta pelo Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva. O Conselheiro falou que a Lei de Execução Penal nº 7.210/84, em seu artigo 88, diz que “o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório” e que, como são responsáveis pelas visitas de inspeção e aprovam as diretrizes de construção de penitenciária, deve-se sugerir a modificação da regra do artigo 88 ou fazer cumprir a lei. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que recebeu um documento de uma Procuradora do Ministério Público Federal que encaminhou ofício informando sob as penas da lei que o Conselho deveria se manifestar sobre essa questão. Esse documento foi encaminhado ao Procurador-Geral Cláudio Fontelles, que lamentou o ocorrido, pois, nesse documento, disse que o Conselho não poderia se responsabilizar por isso. Após várias manifestações, o Presidente solicitou que fosse autuado o processo, que deverá ser distribuído ao Conselheiro César Oliveira de Barros Leal para apresentar parecer referente ao assunto. No prosseguimento da reunião, o Presidente saudou a presença da Dra. Cristina Fernandes, do Ministério da Saúde e dos assessores Dr. Mardem, assessor técnico, e do Dr. Gilberto Cuca, assessor técnico da saúde bucal que falarão sobre a implantação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Com a palavra, a Dra. Cristina Fernandes agradeceu a oportunidade e informou sobre o andamento do Plano Nacional de Saúde, e que os Conselheiros, quando fizerem visita de inspeção nos estados, poderão verificar nos estabelecimentos. Fez chegar às mãos dos Conselheiros uma tabela com as unidades prisionais e as equipes de saúde por estado e outra com os números de equipes e o valor do incentivo. Informou que alguns estados ainda não adquiriram os aparelhos e as reformas para os ambulatórios. Consta, no Plano Nacional de Saúde, que o custeio dessa parte cabe ao Ministério da Justiça. O Ministério da Saúde está atendendo os compromissos dos termos do plano. Após a

explicação do serviço de saúde no sistema penitenciário, solicitou que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária tente viabilizar, junto ao Departamento Penitenciário Nacional, que se cumpram as reformas das unidades do sistema penitenciário e adquiram os equipamentos das unidades de saúde conforme previsto no Plano Interministerial assinado pelos Ministros da Saúde e da Justiça. Falou, ainda, do trabalho realizado no sistema penitenciário uma parceria com a Saúde Bucal e que será permitido um tratamento mais adequado e com a instalação de laboratório de próteses que serão treinados protéticos dentro do sistema Penitenciário e que também serão enviados para a rede do SUS. O Conselheiro Edison Biondi disse que o Plano Nacional de Saúde no sistema penitenciário ficará comprometido se o Ministério da Justiça não se comprometer. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia indagou sobre a questão das penitenciárias terceirizadas também estão recebendo recursos do Plano Nacional de Saúde, já que não deveria ocorrer, pois tais prisões não podem receber recursos do Governo Federal já que são terceirizadas. Após varias manifestações o Dr. Antonio Cláudio Mariz de Oliveira disse que levará este fato ao Ministro da Justiça, pois talvez ele não tenha conhecimento desta situação relativamente ao Plano e que seria interessante que a Dra. Cristina Fernandes voltasse ao Conselho, pois percebeu que o assunto voltará a ser debatido. Por fim, solicitou que os Conselheiros estudem o assunto e a Dra. Cristina Fernandes ficou de encaminhar dados para o Conselho. O Presidente agradeceu a presença da Dra. Cristina Fernandes e seus assessores. Dando seqüência à reunião, o Presidente saudou a presença da Dra. Ivete Lund Viégas e a convidou a falar sobre o trabalho desenvolvido na Secretária de Assuntos Legislativos. Com a palavra, a Dra. Ivete Lund Viégas, após cumprimentar a todos, agradeceu o convite, dizendo que o Conselho é de extrema importância para a Assessoria Legislativa. Explicou como funciona o trabalho da Secretaria de Assuntos Legislativos. Disse que, ao receber os pareceres emitidos pelo Conselho, tranquiliza-se pois sabe que no CNPCP estão os maiores e melhores juristas. Exemplificou que apresentou veto com manifestação do Conselho para subsidiar o Presidente da República, interferindo no processo legislativo. Falou, ainda, que a Secretaria de Assuntos Legislativos/MJ tem a mais completa referência legislativa dos três poderes, possui todos os projetos de lei digitalizados, podendo ser feitas pesquisas pelo *site* [www.mj.gov.br/sal/sisnorma](http://www.mj.gov.br/sal/sisnorma). Informou com grande satisfação que o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria de Assuntos Legislativos – SAL, em associação com a Biblioteca Jurídica do Congresso Norte-Americano, apresenta a Rede Global de Informações Legislativas – Global Legal Information Network – GLIN. O GLIN foi criado em 1993 pela Biblioteca Jurídica do Congresso Norte-Americano com o propósito de manter um banco de dados para disponibilizar leis, decretos e outros atos normativos de países associados. Em 20 de fevereiro de 2003, foi oficializado o interesse brasileiro em ingressar na referida Rede com vistas a fortalecer o intercâmbio de informações legislativas, indispensável nos dias atuais. Cada país participante da Rede é responsável pelo envio de seus principais atos normativos, sendo que estes devem ser inseridos no banco de dados

na forma digital, tal como foram publicados no órgão oficial de cada país. O *site* é [www.mj.gov.br/sal/glin](http://www.mj.gov.br/sal/glin) e todos podem acessar e divulgar. O Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia parabenizou o trabalho desenvolvido pela Dra. Ivete Lund Viégas, muito importante para o país. O Presidente agradeceu a presença da Dra. Ivete Lund Viégas e falou que o Conselho irá rever a questão dos processos, mas que tem observado que eles não estão chegando ao Conselho como antigamente e indagando, inclusive, se há algum problema. A Secretária de Assuntos Legislativos disse que verificará a situação, pois o procedimento cabe à assessoria parlamentar da Casa Civil e que é solicitado à Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça. O Conselheiro Rogério Etzel indagou qual o andamento dos processos no Ministério da Justiça. A Secretária informou que o parecer do Conselho é encaminhado à SAL, onde é reescrito o voto do Conselheiro e se faz uma nota, a qual é enviada à Casa Civil. Disse que é feito quando se trata do voto padrão, pois é preciso ter subsídios para manifestação. O Presidente, por fim, reiterou os agradecimentos à presença da Dra. Ivete Lund Viégas, cumprimentando-a pelo trabalho desenvolvido. No dia seguinte, o Presidente saudou a presença da Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça, e do Dr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do DEPEN/MJ. Comunicou que a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas fará uma exposição da dimensão e efetividade das penas alternativas no Brasil. Com a palavra, a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, após cumprimentar a todos, agradeceu a oportunidade de dividir com o Conselho as principais idéias da Secretaria Nacional de Justiça com relação às penas alternativas, os projetos e os trabalhos que vêm sendo feitos. Falou que a preocupação com relação às penas alternativas tem vários aspectos. Um deles é que se consiga demonstrar a importância da sua aplicação, fazer com que o Poder Judiciário dos estados assumam esse trabalho, buscando uma maneira de diminuir a reincidência e de reintegrar o autor do crime à sociedade. O papel do Ministério da Justiça, nesse caso, tem sido de incentivo às penas alternativas, sendo repassados recursos a todos os estados para montar as Centrais de Penas Alternativas. Hoje, todos os estados têm uma Central de Penas Alternativas e muitos deles já as estão transformando em Varas de Execução de Penas Alternativas, o que tem sido visto como uma grande vantagem, pois o Poder Judiciário assume isso como uma obrigação, uma necessidade, não sendo só um interesse do Governo Federal. Assim, o Governo Federal continuará repassando recursos, que serão destinados a outros programas, como a capacitação, a pesquisa, a interiorização e não mais para sustentar os técnicos da Central de Penas Alternativas. Disse, também, que existem modelos diferentes no Brasil que funcionam muito bem, e que não se deve impor um modelo único, e, sim, respeitar as diversidades regionais. Falou que foram feitas várias oficinas regionais, as quais elaboraram as Diretrizes Nacionais, onde constam as melhores experiências, além de documentos de ordem prática. Uma segunda ação, que já está em fase de execução, é uma pesquisa feita em 9 estados e o DF, junto com o ILANUD e a Fundação Getúlio Vargas, que pretende ser qualitativa e quantitativa com relação à aplicação das penas alternativas. Disse que foram realizados, também, numerosos encontros visando à formação das pessoas

que trabalham nessas áreas. Constata-se que novas questões vêm surgindo e a idéia atual é inaugurar um novo modelo de encontros temáticos que trate de questões como a responsabilidade civil do Estado, a saúde mental e o monitoramento. Outra ação é a elaboração de um vídeo para divulgar esses trabalhos. O Ministério da Justiça está trabalhando, também, com a Comissão Nacional de Apoio às Penas Alternativas, que ajuda a coordenar os encontros regionais e a colher as necessidades detectadas nos estados. Disse que a participação do CNPCP é de grande relevância e que gostaria de colher sugestões para essas atividades. Finalizou, dizendo que acredita que, no caso das penas alternativas, o maior problema é de estrutura e não de legislação, como também o é de convencer, de envolver a sociedade, de conseguir encaminhar esse trabalho aos municípios, de criar uma rede com a comunidade, o Poder Judiciário, o prefeito, a Secretaria de Justiça, enfim, uma união de esforços, diminuindo um pouco a mentalidade de encarceramento. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira agradeceu e manifestou uma preocupação comum a todos os Conselheiros quanto à cultura repressiva que toma conta da sociedade brasileira e, em especial, toma conta da magistratura paulista. Crê que é o Estado mais refratário à adoção das penas alternativas. De um lado, existem os fatores culturais e, de outro, o fator subjetivo que se chama comodismo. Parece ser mais fácil aplicar a pena de prisão. Com a palavra, o Dr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do DEPEN/MJ, disse que o Presidente do Conselho falou realmente o que acontece. A gestão é péssima em todos os estados, e o dinheiro não é a solução para o problema. Falou da realidade atual de cada estado e que muitos dos Secretários não sabem o número exato de presos. Falta gestão com responsabilidade. Disse, ainda, que a Portaria Interministerial Saúde e Justiça deve rever essa questão, pois solicitou a prestação de contas do que foi repassado e até o momento nada recebeu. Falou do problema da Penitenciária Urso Branco no Estado de Rondônia com relação às rebeliões. O Brasil foi chamado a responder perante a Corte Interamericana da ONU. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Olivera falou que o Conselho vem estudando a possibilidade de existirem sanções aos estados caso não cumpram as suas obrigações. O Dr. Clayton Alfredo Nunes disse que, neste ano, existem muitas obras em andamento. Com a palavra, a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas afirmou que, de dois anos para cá, existe maior rigor no repasse aos estados de recursos, os quais são divididos, no mínimo, em três parcelas, verificando-se o cronograma de andamento das obras. Atualmente, há o convênio com a Caixa Econômica Federal que fiscaliza as obras. O Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos disse que, juntamente com o Conselheiro Bernardino Ovelar Azarmendia, visitou os estabelecimentos penais amazonenses, onde se verificou, no caso dos presídios terceirizados, que cerca de 70% dos presos provisórios ou condenados estão com o prazo vencido. Isso foi comunicado ao Judiciário, mas se constatou no contrato de terceirização que a empresa é responsável pela assistência judiciária. Indagou, ademais se o DEPEN/MJ repassa verbas para essa unidade. O Dr. Clayton Alfredo Nunes respondeu que não. Com a palavra, o Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia sugeriu que o Conselho possa ser usado como instância para negar ou

conceder recursos. Cumprimentou o Diretor do DEPEN/MJ pela prática de liberar os recursos após a medição da obra, que é extremamente salutar. Com a palavra, o Conselheiro Edison José Biondi falou do trabalho realizado na Superintendência de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, assinalando a importância do bom gestor frente à Secretaria. Com relação ao plano Nacional de Saúde, está preocupado com o andamento do mesmo. O Presidente Antônio Cláudio Mariz de Oliveira disse que ouviu comentários que o DEPEN/MJ apenas prioriza construções de presídios e que poderia estar dando andamento ao Plano Nacional de Saúde. O Conselheiro Ricardo de Oliveira Silva saudou a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional de Justiça, e o Dr. Clayton Alfredo Nunes, Diretor do DEPEN/MJ. Disse que é muito importante que o Ministério da Justiça invista no monitoramento para que se possa dar confiabilidade ao trabalho desenvolvido. Relatou a experiência do Estado do Rio Grande do Sul que deu certo. A Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas disse que isso é realmente muito importante, pois sabe que muitos delitos ocorridos foram sancionados com cestas básicas. Atualmente, o quadro está mudado. Disse que está mais próximo da mídia e que se apresentou num programa de jovens que tratou da conscientização da aplicação das penas alternativas. O Presidente reiterou o agradecimento a Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas e do Dr. Clayton Alfredo Nunes. Na seqüência, convidou a todos se dirigirem a Sala de Retratos do Gabinete do Ministro da Justiça para a solenidade de entrega do prêmio do IX Concurso Nacional de Monografias do CNPCP. O concurso, que teve como tema o "Sistema penitenciário: Saúde Mental e Direitos Humanos", fez uma homenagem ao Cardeal Dom Evaristo Arns e contou com o patrocínio do Banco do Brasil S/A e com o apoio da Livraria Del Rey Editora e da Revista Consulex. O estudante Rubens Godoy Sampaio, que cursa Direito no Centro Universitário Salesiano de São Paulo, em Lorena (SP), foi o vencedor. Ele defendeu em sua monografia parcerias entre estabelecimentos penais e instituições de ensino superior. Foram classificados, em 2º e 3º lugares, os estudantes Carlos Adriano Bandeira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RJ) e Michele Cia, da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, em Franca (SP). Os vencedores receberam o certificado de classificação do concurso das mãos do Ministro-interino Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, além de prêmios em dinheiro (R\$ 10 mil, R\$ 5 mil e R\$ 3 mil, respectivamente) e livros jurídicos. Também participaram da cerimônia a Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas; o Presidente do CNPCP, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira; o Diretor Jurídico em exercício do Banco do Brasil S/A, Dr. Izaias Batista de Araújo; o Vice-presidente da Editora Consulex, professor Luiz Fernando Zakarewicz; e o Diretor-presidente da Livraria Del Rey Editora, Dr. Arnaldo Oliveira. "Esse prêmio incentiva os alunos a promoverem estudos e avaliarem o sistema prisional, tão esquecido nas cadeiras das universidades e na sociedade brasileira", disse o Ministro-interino. "A questão do presídio não pode mais ser encarada como um problema exclusivo do governo. É preciso que a sociedade também discuta o tema. E a questão da saúde mental dos apenados tem que ser um dos objetos de atenção, desde o primeiro dia de internação nas unidades penitenciárias". Segundo o

Presidente do CNPCP, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, o preso precisa ter o apoio do estado e da sociedade para sua reinserção social, "que contribui para que ele não volte a cometer delitos". O Concurso Nacional de Monografias do CNPCP é realizado anualmente desde 1996, voltado para alunos de graduação, cujos trabalhos podem contribuir com as políticas governamentais para o sistema penitenciário. Na nona edição do concurso, foram inscritos 40 trabalhos acadêmicos. O CNPCP, também, homenageia com menção honrosa, os classificados em 4º e 5º lugares. Após a entrega dos prêmios, o Conselho voltou a Sala de Reunião e procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000055/2004-46. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Estado de Alagoas no exercício de 2003. Parecer do Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia: pelo arquivamento dos autos, depois de atendida a diligência solicitada. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000009/2005-28. Assunto: Relatório de Visita de Inspeção ao Instituto Prof. Olavo Oliveira II no Estado do Ceará. Parecer do Conselheiro Carlos Martins Antico: pela aprovação do Relatório e arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **3)** MJ/CNPCP nº 08037.000008/2005-83. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas pelo Conselho Penitenciário do Estado do Maranhão, relativo ao exercício de 2004. Parecer do Conselheiro Carlos Martins Antico: pela aprovação do Relatório e arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **4)** SAL/MJ nº 08027.000618/2003-34. Assunto: PL nº 192/2003, do Senador EDISON LOBÃO. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 – Código Penal, e a Lei nº 8.069, de 13/07/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para combater a prostituição e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Parecer do Conselheiro Carlos Weis: pela recomendação parcial do PL. Aprovado, à maioria. **5)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000064/2004-37. Ofício nº 1.959/2004 – Assunto: Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Construção de novas vagas com instalações adequadas no estabelecimento penitenciário do Amapá – COPEN/AP. Parecer do Conselheiro César Oliveira de Barros Leal: pelo arquivamento dos autos após oficiar ao interessado. Aprovado, à unanimidade. **6)** Processo MJ/GM nº 08001.008136/2004-00. Assunto: PL nº 13/2005. Comissão Especial Questões Fundiárias. Acrescenta parágrafos ao art. 348 do Decreto Lei nº 2.848, de 07/12/1940 (Código Penal), para estabelecer a forma qualificada do crime de favorecimento pessoal, quando praticado por funcionário público no exercício de suas funções. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pela rejeição do PL. Aprovado, à unanimidade. **7)** Processo MJ/GM nº 08001.012099/2003-45. Assunto: PL nº 725, do Deputado ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME. Extingue a punibilidade ao agente de delito quando haja retratação e colaboração na apuração de responsabilidade por atos contra a administração pública. Parecer do Conselheiro Frederico Guilherme Guariglia: pelo arquivamento do processo, por perda do objeto a ser analisado em virtude de arquivamento do PL pela mesa da Câmara dos Deputados. Aprovado, à unanimidade. **8)** Processo MJ/CNPCP nº 08037.000013/2005-96. Assunto: Poder Judiciário da Comarca de Itagaraçu – GO.

Ação Civil pública com pedido de liminar de interdição da Cadeia Pública de Itagaraçu/GO. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pelo procedimento de diligência junto a Agência Prisional do Estado para saber sobre as providências tomadas sobre a matéria. Aprovado, à unanimidade. 9) Processo MJ/CNPCP nº 08037.000012/2005-41. Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, referente ao exercício de 2004. Aprovado o relatório de atividades, devendo oficial ao interessado e convidar as autoridades responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização do sistema prisional do DF para participar de Reunião Ordinária do CNPCP a realizar-se no mês de junho/2005. Aprovado, à unanimidade. O Conselheiro Cassio Castellarin passou às mãos do Presidente do CNPCP o livro intitulado *Psiquiatria Legal. Informações científicas para o leigo*, organizado pelo Dr. Luiz Carlos Illafont Coronel. Por fim, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Publicada no D.O.U, de 5 de julho de 2005 – Seção 1.**